

Análise/FT: Mais impostos e gastos são a nova ortodoxia econômica

Segundo a OCDE, muitos de seus países membros podem aumentar a dívida em 20 a 30 pontos percentuais do PIB neste ano e no próximo

FT

Por Martin Sandbu, Financial Times

04/08/2020 18h49 · Atualizado há um dia



Foto: Kiyoshi Ota/Bloomberg

A devastação provocada pelo novo coronavírus é, acima de tudo, uma questão de sofrimento humano a ser lamentada. Mas também precisamos notar outra vítima da pandemia: ela coloca o último prego no caixão de uma filosofia econômica que dominou a elaboração de políticas por mais de 30 anos.

A experiência da estagflação dos anos 1970 e os saltos na dívida pública dos 80 produziram uma reação na forma de um conjunto particular de ideais de responsabilidade fiscal. Almejar manter as dívidas e o déficit público em níveis moderados tornou-se marca de seriedade dos políticos; assim como os juramentos renegando aumentos na arrecadação tributária dos países para custear gastos públicos cada vez maiores em relação à renda nacional. O pensamento convencional olhava com desconfiança tanto para a ideia de “tributar e gastar” quanto para a de “captar empréstimos para gastar”.

Antes da pandemia, esse ponto de vista já perdia força, uma vez que as opiniões dos especialistas vinham se tornando mais tolerantes quanto ao endividamento e mais preocupadas quanto aos danos provocados pelos cortes nos gastos públicos, na esteira da crise financeira de 2008. Agora, diante das consequências econômicas da covid-19, as verdades aceitas sobre responsabilidade fiscal se tornarão impossíveis de sustentar.

Desde março, os governos acertadamente têm assumido enormes déficits fiscais para limitar o colapso da atividade econômica, proteger a renda e sustentar a relação entre empregadores e empregados. Como resultado, os encargos com a dívida pública estão em alta por todos os lados e chegam a níveis nunca vistos ou que não se viam há muitas décadas.

Segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), muitos de seus países membros podem aumentar a dívida em 20 a 30 pontos percentuais do PIB neste ano e no próximo.

Impostos

Isso obrigará praticamente todos os governos a fazer uma simples escolha. Eles podem tolerar indefinidamente os altos encargos das dívidas ou, em vez disso, tentar reduzi-las a níveis moderados. De forma alternativa, podem elevar permanentemente a arrecadação tributária para equilibrar as contas e começar a reduzir gradualmente as dívidas. De qualquer forma, combinar simultaneamente

políticas “responsáveis” na frente dos impostos e na das dívidas não é mais uma opção.

E, mesmo essa escolha — ser “fiscalmente responsável” ou com as dívidas ou com os impostos — é uma possibilidade apenas na hipótese de um melhor cenário. Podemos ter que descartar as duas situações e aprender a viver permanentemente com alto endividamento público e com altos impostos.

Isso será realidade se as economias nunca retomarem a tendência de crescimento pré-pandemia, o que parece quase certo se outra onda de infecções impuser novas medidas nacionais de confinamento. O resultante déficit permanente na arrecadação governamental implicaria que os impostos precisariam ser elevados, não para reduzir o percentual de endividamento, mas simplesmente para evitar que fique ainda maior.

Alguns expressam a esperança — ou o medo — de que os governos possam convencer seus bancos centrais a, em vez disso, reduzir a dívida via inflação. Isso é, teoricamente, possível. Mas, é claro, só significaria derrubar outro pilar da noção convencional do que constitui uma política econômica “séria”, a saber, dispor de um BC estabilizador da inflação.

Exemplo japonês

As evidências, porém, mostram que os BCs encontram dificuldade mesmo para elevar a inflação e atingir suas próprias metas, quanto mais elevá-la a ponto suficiente de corroer a dívida pública. O caso do Japão é instrutivo: décadas de uma política monetária expansionista, frequentemente pioneira, não foram suficientes para reduzir a dívida pública via inflação.

Igualmente esclarecedor é que a arrecadação do Japão com impostos, que costumava ser bem menor do que a média dos países ricos, subiu de forma acentuada. De acordo com a OCDE, em 2000, Tóquio abocanhava 25,8% do PIB em impostos, pelo critério amplo de definição, 8 pontos percentuais abaixo da média da OCDE. Antes da pandemia isso havia aumentado para 31,4% do PIB, a 3 pontos percentuais da média da OCDE. Se o Japão é prenúncio do futuro de todas as economias ricas, então, podem esperar que a dívida pública se mantenha alta e os impostos subam.

É difícil imaginar tal mudança nas ideias vigentes sem, também, uma mudança na política. Tenha em mente quais interesses foram mais bem representados pelas ideias predominantes de responsabilidade fiscal. A ideia de que captações públicas de empréstimos tornavam mais caro o financiamento do setor privado e tiravam espaço dos investimentos privados era predominante há tempos. Impostos mais altos, naturalmente, eram vistos como fatores redutores da margem de lucro das empresas privadas.

A antiga ortodoxia, em outras palavras, convinha para os ricos em ativos e os que recebiam renda controlando ou sendo donos de capital. O poder desses interesses — em termos de definição das ideias reinantes sobre o que eram políticas sérias, se não também diretamente por meio de lobby — pôde ser visto na resposta da maioria dos países ao salto anterior no endividamento público, causado pela crise financeira de 2008. A ortodoxia fiscal esteve por trás do empenho para reduzir os gastos públicos em muitos países.

Hoje, é muito mais difícil imaginar cortes significativos nos orçamentos públicos. Em parte, porque os danos dos cortes passados agora estão visíveis e fica mais difícil justificar novos cortes. Em parte, porque a própria pandemia direciona o foco político aos serviços públicos deficientes e aos funcionários mal remunerados do setor público e de outros setores essenciais.

Agora, muito mais do que há mais de dez anos, os déficits orçamentários terão que ser cobertos por aumentos nos impostos.

Não há motivos para achar que os beneficiados com a “responsabilidade fiscal” do passado deixarão de lutar por seus interesses. Se aumentos tributários expressivos são realmente inevitáveis, a batalha passará a ser sobre quem recairão os encargos de impostos mais pesados: que impostos serão elevados e em que proporção. Essa será a batalha mais feroz na política econômica se, e quando, voltarmos a ter alguma aparência de normalidade.

Comentários

Os comentários são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste site. Se achar algo que viole os **termos de uso**, denuncie. Leia as **perguntas mais frequentes** para saber o que é impróprio ou ilegal.

Acesse sua Conta Globo e participe da conversa

Entre e Participe da Conversa

Ordenar Por

Mais novos

Ainda não há comentários. Seja o primeiro a comentar.

Mais do Valor **Econômico**

Participação de fundos de renda fixa cai ao menor patamar desde 2011, aponta Anbima

Para José Ramos Rocha Rocha, presidente do fórum de distribuição da entidade, esse movimento reflete em parte a queda da Selic



Flávio Bolsonaro pede troca de promotores em caso de 'rachadinha'

Advogados argumentam que o MPRJ desrespeitou a regra do promotor natural do caso



06/08/2020 13:25 — Em Política

Bolsonaro veta saque do FGTS para trabalhadores do setor aéreo durante pandemia

O benefício aos trabalhadores das empresas aéreas foi incluído pelo Congresso durante a tramitação da medida provisória encaminhada pelo governo para socorrer o setor



06/08/2020 13:24 — Em Política

Ação da Cielo dispara após Novaes falar em 'destrinchar' parcerias

Presidente do BB mencionou a possibilidade de "separar alguns negócios" na área de cartões



06/08/2020 13:09 — Em Finanças

Novo programa de transferência de renda atenderá 26 ou 27 milhões, diz Guedes

Número representa um acréscimo de até 7 milhões de brasileiros em comparação aos 20 milhões de atendidos hoje pelo Bolsa Família



06/08/2020 13:03 — Em Brasil

Vacina e eleição podem mudar cenário nos mercados dos EUA, diz Goldman Sachs

Aprovação de uma vacina deve levar os investidores e voltarem a procurar papéis mais atrelados ao crescimento da economia em até três meses



06/08/2020 13:03 — Em Finanças

VEJA MAIS